SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS -CPFI

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA VIRTUAL Nº 06/2021

Data: quarta-feira, 16 de junho de 2021
Local: **CAU/RJ**
Reunião Virtual
Horário início: **14h**
Horário término: **16h**

1. Verificação do Quórum

Após verificação do quórum regimental, deu-se início à sexta reunião ordinária da CPFI, com a presença das conselheiras e conselheiros seguintes: Paloma Monnerat, Marcus Fiorito, Isabela Menezes, Luiz Damião, Rogério Cardeman, Leila Marques, Luana Barreto

Apoio Administrativo:

Flavio Vidigal- Gerente-financeiro
Alessandra Vandelli – Secretária Geral da Mesa Interina

Luciana Mayrink (ausente justificadamente),

2. Aprovação da Súmula da Reunião Ordinária do dia 19 maio de 2021
Aprovada.

3. Informes

Cons.Paloma lembra que tem dois encaminhamentos:1- PCS fazer uma descrição detalhada do objeto para contratação de assessoria; 2- Minuta de ofício para COA sobre deliberação sobre ajuda de custo para reuniões on-line.

Gerente-geral Ricardo informou que irá encaminhar para conhecimento a Deliberação Plenária e a Instrução Normativa do CAURS implementados para pagamentos de ajuda de custo para reuniões on-line e que,em paralelo, está ocorrendo uma discussão no CAUBR; que existe uma deliberação da COA ; o presidente Pablo pediu para CPFI analisar esses três documentos.

Alertou que a Deliberação da COA ainda não foi para Plenária do CAUBR e o CAURS está adotando essa medida mesmo antes do CAUBR regulamentar a matéria.

A análise pedida pelo presidente deve levar em consideração, não só a medida do CAURS como o fato de ter adotado antes da regulamentação do CAUBR.

Assessoria Jurídica do CAURJ também está analisando a matéria.

Cons.Isabela alerta que não é só sobre o impacto financeiro, mas a legalidade da participação remota.

Cons.Paloma manifesta acordo, com todos os cuidados; o CAURJ tende a manter postura diferente do CAURS e só seguir com respaldo do CAUBR.

Cons.Marcus Fiorito informou que já concluiu seu relatório de processo para próxima reunião;

4. Apresentação da Pauta

Cons.Paloma propôs inversão de pauta para iniciar com ponto Plano de cargos e salários, aceito por todos.

4.1. Plano de cargos e salários

Gerente Ricardo informou que a presidência revisou cronograma inicial. A primeira questão seria a criação do grupo de discussão com representantes das gerências, gabinete, funcionários e CPFI, que tem de indicar os membros que estão no grupo.

Cons.Marcus complementou que além da participação, o momento é definir datas e horários para os encontros;

Cons.Luiz Damião indica a participação da Cons. Leila, pela bagagem que ela já acumulou.

Cons.Rogerio reforça indicação da Cons.Leila, também por ela ter experiência no serviço público. Sugere para PCS, a diminuição da quantidade de cargos comissionados. Demonstra ter essa preocupação.

Cons.Isabela se coloca à disposição para o grupo de trabalho;

Cons.Paloma pergunta sobre o percentual com gasto de pessoal e se é possível uma ampliação do teto de 55%. Entende a preocupação de Cons. Rogerio sobre a relação quantitativa de efetivos com comissionados, mas entende que não tem funcionário ocioso.

Gerente Ricardo esclarece que é possível essa ampliação, mas depende do CAUBR e de mobilizar todos os CAU-UFs.

Cons.Leila tem preocupação com o horário das reuniões pois às 14h é um horário ruim.

Cons.Marcus informa que calendário não será o mesmo das nossas reuniões aqui na CPFI, que a consulta é justamente sobre qual o dia e horário adicionais para realização das reuniões

Cons.Luiz Damião não tem posição fechada com relação ao grupo de trabalho, mas num primeiro momento, assimilar esse trabalho junto com as funções ordinárias da CPFI pode ficar confuso. Porém, sugere que após desenvolvimento de etapas pelo grupo trabalho, essas sejam apreciadas e analisadas pela CPFI.

Cons.Isabela gostou da proposta desde que não entrave o andamento de um grupo que está mais debruçado sobre o tema.

Cons.Leila esclarece que fez parte da comissão permanente da CEFET; que a composição é votada, lembra que a pluralidade no grupo é muito importante, ter representação sindical, funcionários de nível superior e médio. O servidor que fará parte tem que ser votado.

Gerente Ricardo informa que o grupo de trabalho vai conduzir o processo de forma ampla recolhendo a sugestão de todos os funcionários, lembra que a consulta ampla, à medida que vai consolidando um produto, será encaminhada para CPFI fazer sua análise;

Patricia Fagundes esclarece que faz parte da comissão que representa os servidores nas negociações do ACT, não como representante sindical.

Ricardo lembra que é urgente fazer o escopo para termo de referência da contratação da assessoria.

Encaminhamento: construir agenda e escopo para contratação assessoria.

4.2. Oficinas de planejamento

Cons.Paloma iniciou lembrando a Resolução 200/2020; que as CPFIs devem desenvolver plano de ação e orçamentos.Pede ao Cons. Marcus informar o andamento das oficinas de planejamento;

Cons.Marcus relembra o que apresentou na plenária; que o grupo vem desenvolvendo, foi elaborado formulário a ser encaminhado aos conselheiros, funcionários e entidades de arquitetura e urbanismo para coleta de propostas; nesse momento está sendo definida a estratégia de comunicação para chegar ao maior número de arquitetos e agregar propostas consistentes para avaliar nas oficinas, o que será o fechamento dessa primeira rodada e a partir do ano que vem, uma consulta aberta com os profissionais.

Cons.Rogerio sugere dar prioridade aos arquitetos e não às entidades que representam poucos arquitetos. Quem tira RRT são autônomos que não estão necessariamente ligados a uma entidade e que seus problemas com SICCAU, por exemplo, precisam de ações mais rápidas.

Cons.Paloma concorda com parte da fala do Rogerio, mas não devemos desvalorizar ou esvaziar os espaços existentes. Sobre o planejamento é importante reforçar e descobrir a

melhor forma de fazer esse processo participativo e chegar aos profissionais não organizados em entidades.

Cons.Isabela acredita que as entidades podem contribuir para chegar em mais arquitetos para colaborarem com a consulta do GT de planejamento.

Cons.Leila acredita que as entidades sabem bem do seu papel e importância histórica; o CAU é que está perdido, sem saber bem seu papel e seu compromisso inequívoco com arquitetos que estão pagando RRT e anuidade.

Cons.Paloma entende que o CAU deve conciliar os interesses da categoria com os da sociedade.

Cons.Leila: o CAU pressupõe que as boas práticas da arquitetura favorecem e protegem a sociedade. Proteger arquitetos e arquitetura, protege a sociedade e tem acordo sobre o SICCAU ser muito ruim.

Cons.Luana Barreto ponderou que o sindicato está pensando em atividades no sentido de desenvolver campanha de esclarecimento de quais são as atribuições do sindicato e do conselho e acredita que possamos unir forças nesse sentido. Acredita nos canais de contato com a base da profissão e que deve-se aumentar a participação desse pessoal nas decisões, em processos mais participativos e não meramente representativos.

Cons.Rogerio pondera que a CPFI tem falhado no acompanhamento das propostas de cada comissão quanto aos gastos e se cada uma cumpriu o que foi proposto.

Cons.Isabela defende a ideia de uma campanha / um vídeo / uma animação com esse fluxo: como o recurso entra e como é usado.

Cons.Luana Barreto acredita que tem que investir em informação.

Cons.Rogerio lembrou que fez propostas de cursos para os arquitetos não só adimplentes, mas também para os inadimplentes se recolocarem no mercado.

Cons.Leila lembra do projeto, trata-se de uma animação com o tema: “Para onde vai seu dinheiro pago ao CAU” . Outro projeto da CPFI é o manual que Cons.Rogerio tem em mãos e a Formação Continuada é nossa meta

Cons.Marcus sugere promoção e/ou apoio aos cursos oferecidos pelas entidades.

Cons.Leila acredita que os temas dos cursos precisam ser demandados pelos arquitetos, sob a peneira do CAU.

Encaminhamentos:

1- **Sugerir campanha de esclarecimento** sobre atribuições do conselho e/ou(?) sobre o fluxo dos recursos do CAU/RJ (como entra e como é aplicado) **para entrar no planejamento** geral,**, mas que não saia** exclusivamente **do orçamento da CPFI**
2- **Construir plano de ação orçamentário da comissão**
3- **Convidar Assessor da Comunicação Nicolas Braga para próxima reunião para tratar da elaboração da campanha**

4.3. Reprogramação orçamentária

Flávio, gerente financeiro, apresentou o calendário encaminhado pelo CAUBR para 1ª reprogramação de 2021; a proposta não é individualizada por CAU-UF, não leva em consideração o comportamento de cada CAU.
Fez uma série de estudos, apresentou para Cons. Paloma que deu o de acordo para devolver ao CAUBR. O setor de planejamento aceitou a proposta, mas tem que passar pela CPFI e Plenário do CAUBR para que se iniciem as alterações que forem necessárias nos projetos e ações apresentadas por cada comissão.

Flávio esclareceu que tramita primeiro no CAUBR Planejamento, CPFI-BR e Plenário do CAUBR para homologar a proposta da reformulação.

Cons.Luiz Damião expôs indignação em relação a posição do CAUBR em tirar autonomia dos CAU/UFs interferindo em cada situação local, nessa reformulação proposta se tiver algum erro quem vai se responsabilizar? Gastam horas de trabalho desenvolvendo assunto que não é de sua responsabilidade e deixam de priorizar demandas como SICCAU que está cheio de problemas. Orçamento e planejamento tem que ser definido pelos profissionais competentes em cada CAUUF e dizer se queremos mexer ou não.
Deixou claro que não ser contra a reformulação, mas tem que ocorrer no momento que o CAURJ definir e não no momento que o CAUBR determina.

Encaminhamentos:
1- **Gabinete: encaminhar para todos os coordenadores de comissão suas planilhas de orçamento para fazer reprogramação das suas ações até o dia 08 de julho**
2- **As reprogramações de todas as comissões serão analisadas na reunião ordinária no dia 21 de julho.**
3- **Dia 12 de julho será encaminhado para membros da CPFI as planilhas da reprogramação**

4.4 Comunicado

Analista técnica Patricia Fagundes fez duas considerações quanto:

1- Processos pendentes não analisados pela CPFI-CAU/RJ na gestão passada serão analisados pela área técnica, conforme normativo vigente (702028/2018, 949426/2019, 892021/2019, 918525/2019, 893946/2019).

2- Há o registro de uma deliberação sobre um processo sem numeração na Súmula da Reunião Ordinária nº 09/2019 da CPFI-CAU/RJ. Pede-se constar em ata que a deliberação se refere ao processo 941310/2019 (PAC nº 4536/2019) – protocolo de impugnação nº 934127/2019, conforme informações apresentadas pelos responsáveis que acompanharam a reunião na época.

7. Encerramento

Não havendo nada mais a ser tratado, a Coordenadora Paloma Monnerat deu por encerrada a reunião às 16:40h